

3.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, ÉTICA AMBIENTAL BIOCÊNTRICA E VEGANISMO

Neste capítulo, apresenta-se o contexto em que surgiram os conceitos e as propostas para a sustentabilidade ambiental, a partir de autores que se dedicaram ao estudo do impacto ambiental causado pelo desenvolvimento humano, principalmente após a Revolução Industrial e acentuadamente a partir da segunda Guerra Mundial. As discussões sobre essa questão tornaram-se imperativas no século XXI, pois o modelo atual de desenvolvimento contribui cada vez mais para a degradação sistemática do ambiente natural. As propostas dos fundamentos da ética ambiental biocêntrica e do veganismo são apresentadas para uma interlocução com a sustentabilidade ambiental, para contribuir na busca por um desenvolvimento humano sustentável.

3.1

Sustentabilidade ambiental

Talvez para uma iniciação mais lógica e profunda no tema teríamos que envolver desde textos de caráter religioso (ex: Siddhartha Gautama), até conceitos filosóficos sobre o significado da vida, como o da felicidade (ex: Sartre), da Tolerância (Voltaire), etc. Fundamentalmente, procuraria entender quais são os preceitos fundamentais para se viver em harmonia, consigo e com os outros em nosso entorno. Note que esta orientação parte do pressuposto de que já há um significativo corpo de conhecimento muito anterior ao debate sobre a sustentabilidade que, uma vez efetivamente implementados, poderiam levar a humanidade a uma situação de maior coesão e equidade social e ambiental, etc. Obviamente, a sustentabilidade vem demandando desafio maior até que o que as religiões convencionalmente tem nos solicitado. Por exemplo, um senhor bem mais inteligente que nós pronunciou há mais de dois mil anos que devíamos amar ao próximo como a nós mesmos. A sustentabilidade, como a entendemos nos dias de hoje, solicita algo ainda mais desafiador: amar aquele que nem está próximo, amar aquele que nem conheceremos pois está distante no futuro, amar o bisneto do chinês, do norueguês, como a nós mesmos. Se a religião derivada das palavras deste sábio Homem não conseguiu seu intento em dois mil anos de esforços o que nos leva a crer que podemos alcançar um desafio ainda maior em apenas 50 ou 100 anos? Obviamente, precisamos um pouco de dose de Utopia (vide Thomas More) em nossas vidas para não embarcarmos em uma visão pessimista da possibilidade da mudança da realidade. Dedico parte do meu tempo em projetos utópicos (financiados por empresas). Sem isso a vida não teria graça¹.

¹ Dr. Aguinaldo Santos, coordenador de Transferência de Tecnologia Agência de Inovação da Universidade Federal do Paraná. Texto enviado por email ao grupo "Rede Brasil de design sustentável", em (22/12/2009).

O texto do professor Aguinando Santos, parece muito pertinente para iniciar essa parte do estudo, pois dá uma noção da dimensão que implica a busca pela sustentabilidade ambiental. Acima de tudo tem a ver com uma mudança cultural de valores éticos e estéticos. Ou seja, uma nova visão de mundo.

O conceito de sustentabilidade ambiental foi concebido no início da década de 70, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, para sugerir que era possível conseguir o crescimento econômico e a industrialização sem destruir o meio ambiente. O modelo proposto para o desenvolvimento sustentável foi uma tentativa para harmonizar o desenvolvimento humano com os limites da natureza. O conceito foi evoluindo nas últimas décadas, principalmente por meio de eventos: Estratégia Mundial para a Conservação (1980); Relatório de Brundtland (1987) quando se estabeleceu que é o “desenvolvimento que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”; e a Conferência do Rio de Janeiro (1992) que teve uma forte influência no planejamento dos governos e aumentou o engajamento de organizações empresariais e não-governamentais (ONGs) (LEMOS E BARROS, 2007).

Para que o desenvolvimento seja sustentável “é preciso a formação de uma convergência de todas as forças da sociedade, veiculadas por meio das ciências e técnicas, da educação e da comunicação e, inevitavelmente, da ética privada e pública fundada nos princípios da justiça e da compaixão” (DANSEREAX, 1998, p.23-25).

Os pré-requisitos para um desenvolvimento sustentável, segundo Dansereax, devem acontecer de forma interdisciplinar, ou seja, precisa haver a coordenação entre as pesquisas de ponta que necessitam ser constantemente intensificadas, e os processos de informação e educação livres, a interpretação lúcida dos militantes, e finalmente a revelação objetiva da repartição dos recursos à luz de uma percepção melhorada das necessidades de todos os grupos humanos que habitam o planeta. O autor completa que esta problemática, inevitavelmente, elevar-se-á ao nível da equidade, da responsabilidade e da ética, e compara os paradigmas ecológicos, quanto ao seu conteúdo e poder de persuasão, à mudança de rota que caracterizou o Renascimento e também à libertação intelectual típica da Idade das Luzes (século XVIII).

3.1.1

A relação (insustentável) do homem com a natureza ao longo do tempo

Segundo a visão de mundo defendida por alguns pensadores, as atividades humanas dentro de culturas nômades estavam centradas no sagrado da vida. Os campos de cultivo e coleta não eram divididos. Havia tempo para contemplar o viver e para viver o mundo sem urgência. O “ser” era mais importante que o “ter”.

Muitas das qualidades psicológicas, sociais, espirituais e ecológicas que os indivíduos buscam na atualidade foram vivenciadas, ainda que de forma primitiva, pela espécie humana, durante a maior parte de sua existência. Humanos são parte da natureza e estão na Terra e não sobre ela (Fialho *et al*, 2008, p. 13).

Para uma mudança na atual visão de mundo, em que humanos percebem a natureza apenas como fonte de recursos naturais, é preciso que eles concebam a interdependência fundamental de todos os fenômenos, e é neste sentido que Capra propõe uma visão ecológica, e se associa com uma escola filosófica fundada por Arne Naess, no início da década de 70, a “ecologia profunda”. A proposta da ecologia profunda é não separar seres humanos, ou qualquer outra coisa, do meio ambiente natural. Ela considera o mundo como uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e interdependentes, reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe os humanos apenas como um fio particular na teia da vida. A ecologia profunda se diferencia da chamada “ecologia rasa” que é antropocêntrica, centralizada no ser humano que, por sua vez, se situa acima ou fora da natureza, como a fonte de todos os valores, e atribui apenas um valor instrumental à natureza (CAPRA, 1996).

Camargo (2002) coloca que “apesar dos laços fundamentais que interligam o homem à natureza e do crescente conhecimento que os seres humanos vêm adquirindo acerca dessas interações, a ideia que ainda predomina e orienta a ação humana é a de que devemos dominar a natureza e exercer sobre ela um poder ilimitado”. A autora ainda acrescenta que os seres humanos têm percebido a natureza como se esta possuísse um imenso poder depurador e regulador que lhe possibilitasse digerir as agressões das ações humanas.

Contudo, não se pode generalizar e acreditar no que coloca Al Gore (no documentário “uma verdade inconveniente”, 2006): “acredito que nossa

civilização está, de fato, viciada em consumir a própria Terra”. Durante toda a história da humanidade, se, por um lado, a natureza foi “aproveitada”, pelos seus recursos, por outro lado sempre houve humanos que a admiravam e procuravam preservá-la.

No final do século XIX, Guifford Pinchot, chefe do Serviço de Florestas Americano, foi responsável pela criação dos parques de Yellowstone e Yosemite, em 1872 e 1890 respectivamente. Essas foram as primeiras tentativas de preservação da natureza em território norte-americano, e esse dado indica que, mesmo havendo uma corrida desenfreada no século XIX na direção da noção de progresso defendida pela Revolução Industrial, Pinchot “(...) propunha um ambientalismo que contemplasse os interesses e valores predominantes da civilização atual, sem por isso cair em um desenvolvimento a qualquer custo”(LEIS, 1999, p. 66). De certa forma, segundo o autor, Pinchot pode ser considerado precursor do que hoje se conhece como desenvolvimento sustentável. Ele defendeu três princípios para garantir ao mesmo tempo o uso e a conservação da natureza: o uso dos recursos naturais pela geração presente, a prevenção do desperdício e o desenvolvimento dos recursos naturais para a maioria e não para a minoria dos cidadãos.

No entanto, mesmo com a criação destes parques nacionais, não se reduziram os danos que os governos e as indústrias impuseram à natureza e à sociedade. Por isso, em favor da prudência no uso dos recursos naturais, foi necessário promover debates e elaborar leis específicas para este fim. Em 1909 foi realizado em Paris o Congresso Internacional para a Proteção da Natureza, resultando na criação de um organismo internacional de proteção ambiental.

Dois grandes fatos históricos influenciaram profundamente a humanidade e o consumo de bens: em 1929, decorrente do *crack* da bolsa de valores norte-americana, surge “o marketing e a sociedade de consumo (ou o consumo de massa)”; e, em 1945, o lançamento das bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki, e “o genocídio”. Referindo-se a esses acontecimentos Kazazian (2005, p.17) comenta que se trata do “(...) homem dominando a natureza pela morte absoluta”. Após a 2ª Guerra Mundial, com a vitória dos Estados Unidos e países aliados, emergiu o “*American Way of Life*”. Um modo de vida sedutor e extremamente perigoso para a natureza e para a sociedade planetária, por ser

fundado na crença do ideal de felicidade humana baseado apenas nas posses materiais (KAZAZIAN, 2005).

Para amenizar os horrores da 2^a Guerra Mundial, através do ideário dos países vencedores desse imenso conflito, fundou-se a Organização das Nações Unidas - ONU e a Organização das Nações Unidas para a Cultura, Educação e Ciência - UNESCO, com o objetivo intermediar as questões relacionadas com a paz mundial. O primeiro coordenador nomeado à UNESCO foi Julian Huxley, um renomado naturalista ocupado com as questões relativas à natureza e à sociedade. Foi dele o mérito de incluir na súmula da reunião de 1947, realizada no México, os temas relativos à proteção ambiental (LEIS, 1999). Essa iniciativa surtiu pouco ou nenhum efeito, já que a guerra fria estava instaurada, fazendo prosseguir os testes nucleares e instabilizando a sociedade e a natureza.

Por volta de 1960, com o aparecimento dos supermercados e a consolidação do consumo de massa, investidores e industriais, especialistas em mercado e designers propuseram e experimentaram o conceito da “obsolescência planejada”. Kazazian (2005, p.19) explica este fenômeno, declarando que

O consumidor é levado a esquecer os sabores do presente, sendo projetado para um futuro próximo, feito de novos desejos de formas deliciosamente irrisórias. Essas ínfimas nuances, justificando a próxima compra, tornam-se a tábua de salvação dos indivíduos que procuram a identidade em um consumo de massa, ainda que todas as escolhas antecedam a sua decisão e já a tenham catalisado. A sociedade de consumo vive na cadência dessa renovação, insaciável e constante.

Em 1968 foi fundado o Clube de Roma por um grupo integrado por cientistas, intelectuais, empresários e dirigentes de governos para discutir assuntos políticos, econômicos e questões ligadas à Ecologia. O grupo publicou uma obra intitulada “Limites do Crescimento”, defendendo “(...) vigorosamente a necessidade de se conquistar um equilíbrio global baseado em limites ao crescimento da população, no desenvolvimento econômico dos países menos desenvolvidos e uma atenção redobrada aos problemas ambientais” (MARGOLIN, 1997, p. 01).

A ciência, a tecnologia, a indústria e o poder produziram para a humanidade grandes conflitos no século XX. Mas também possibilitaram que em 1969 o homem chegasse à lua, e a sociedade do consumo e do espetáculo² assistiu

² A Sociedade do Espetáculo refere-se à sociedade capitalista, onde as pessoas são influenciadas a todo instante pelas imagens veiculadas nas mídias, estimulando certos

pela televisão o que Kazazian (2005, p.21) considerou “(...) uma formidável conquista de nossa civilização moderna, o triunfo de seus conhecimentos científicos e de suas capacidades tecnológicas”. Nesse mesmo sentido, o autor complementa que,

A contemplação da Terra, metamorfoseada em ícone de vida, devolve ao homem a imagem de sua origem, de sua condição, de sua riqueza, de seus limites e de seu dever de compartilhamento. A realidade física repentina e inesperada de seu habitat, tão finito e fechado, convence-o então da necessidade absoluta de mudar a maneira de ver a si mesmo (IBIDEM, p.21).

Nos anos 70, a sociedade planetária viveu uma séria crise de petróleo, e começaram a surgir evidências de que o ser humano estava consumindo recursos naturais além da capacidade de regeneração da Terra. A partir dessa percepção, realizou-se em 1972 a Conferência de Estocolmo, promovida pela ONU, onde se discutiu as graves questões ambientais. No entanto, Leis (1999, p.133) acredita que “(...) ainda era muito cedo para falar de desenvolvimento sustentável, mas os acordos de Estocolmo abriram as portas para as necessidades dos países pobres e, assim sendo, obrigaram a pensar em uma aproximação entre desenvolvimento e meio ambiente.”

Na década seguinte, nos anos 80, os desastres ambientais deixaram de ser pequenos problemas localizados, alcançando proporções e escala mundiais. A degradação ambiental passou a ser percebida em todos os continentes: a extinção de espécies, a poluição das águas das bacias hidrográficas, dos mares e oceanos, o excesso de resíduos sólidos e líquidos oriundos das produções industriais, o desflorestamento ou desertificação de áreas agricultáveis e o aparecimento dos lixões. Apesar desse cenário de devastação e desolação, surgiram iniciativas que tentavam conjugar as demandas econômicas com a necessária prudência ambiental. Mas, muitas destas iniciativas, infelizmente, eram apenas ações de um “marketing verde”, deflagradas pelas indústrias e governos, os principais causadores dos impactos negativos.

Na década de 90 continuaram os eventos em favor das questões relacionadas aos problemas ambientais do planeta: em 1992, no Rio de Janeiro, a ONU realiza a ECO-92, onde as nações signatárias da ONU pactuaram objetivos

valores e hábitos de consumo. Segundo Guy Debord, “(...) o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizada por imagens” (Fonte: <http://www.cisc.org.br/portal/biblioteca/>)

e metodologias de ação (como a Agenda 21) para tentar reverter a crise mundial em torno do Meio Ambiente e do Desenvolvimento. Nessa ocasião se reafirmou o conceito do Relatório Brundtland sobre Desenvolvimento Sustentável³, e se constatou que só é possível praticar esse conceito se for considerada a erradicação da pobreza das nações que vivem em meio à precariedade. Entretanto, “o jogo de interesses é muito maior do que qualquer consciência ecológica verdadeira” (ABELLÁ *in* BONES & HASSE, 2002, p.24).

No século XXI, os Estados Unidos continua sendo o maior consumidor de matérias-primas e de energia do planeta, e mantém a sua recusa em assinar e assumir o Protocolo de Kyoto⁴, e em reduzir um percentual da emissão de poluentes das suas indústrias na atmosfera. Para Kazazian (2005, p.52) “(...) a pegada ecológica calculada pelo WWF⁵ evidenciou as conseqüências da utilização atual dos recursos naturais, já que hoje em dia dois planetas e meio seriam necessários para satisfazer as necessidades de uma população mundial conforme os padrões europeus - e cinco - segundo os padrões americanos”.

Ainda se trata o meio ambiente como recipiente de resíduos das mais diversas atividades, desde industriais até domésticos, como um espaço de acesso livre para despejo, resultando em um uso muito além de sua capacidade de absorção e de regeneração, transmitindo os efeitos negativos a outras esferas como resultado de decréscimo generalizado da qualidade ambiental.

Muitos países estão enfrentando na atualidade catástrofes sócio-ambientais como o *tsunami* na Indonésia e no Japão, o ciclone em Mianmar, vulcão no Chile, terremotos na China, no Chile e em outros países, as enchentes e o ciclone Catarina no sul do Brasil. Alguns pesquisadores alertam que algo preocupante e perigoso está ocorrendo no planeta, que essas catástrofes ambientais são consequência da degradação causada pelo acúmulo de gases na atmosfera, oriundos da queima de combustíveis fósseis pelos automóveis. A cada ano

³ Segundo o Relatório Brundtland, Desenvolvimento Sustentável é definido como um “(...) processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras”.

(Fonte: <http://www.uff.br/lacta/publicacoes/>).

⁴ O Protocolo de Kyoto foi o resultado da 3ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, realizada no Japão, em 1997, após as discussões que se estendiam desde 1990. A conferência reuniu representantes de 166 países para discutir providências em relação ao aquecimento global.

⁵ Sigla para *World Wildlife Foundation*.

umenta a produção e as vendas de veículos automotores no mundo e, no Brasil, isso vem alcançando níveis preocupantes. Pesquisadores estimam que, nos próximos anos, a cidade de São Paulo entrará em colapso, segundo pesquisa realizada pela Fundação Dom Cabral de Minas Gerais, entre 2004 e 2007. A pesquisa mostra que os períodos de lentidão da manhã e do horário do almoço têm aumentado, em média, 15% ao ano. Assim, em 2013, os picos devem estar bem próximos, formando um congestionamento contínuo. Vezzoli (2005, p.124) apresenta uma solução para esses transtornos baseado nos avanços tecnológicos. Ele prevê que, em alguns casos, esses avanços permitirão que se extingam as exigências de mobilidade de pessoas e de mercadorias, resultando numa diminuição do consumo de energia e de matéria-prima.

Para que isso ocorra, no entanto, os comportamentos humanos, seja na esfera social ou econômica, também demandam uma revisão para alcançar níveis considerados razoáveis de sustentabilidade, responsabilidade social e qualidade de vida. Portanto, é urgente que a sociedade adote atitudes cotidianas de redução dos impactos negativos de suas ações no local onde vivem, tais como: não jogar lixo nas vias públicas, nos rios e nos mares; não utilizar automóvel em alguns dias da semana. Esses são alguns bons exemplos de atitudes individuais que podem contribuir para a coletividade. Quanto ao comportamento econômico da sociedade, isso implica numa mudança de atitude em relação ao consumo, ou melhor: é preciso informações sobre a procedência dos objetos que utilizamos, a maneira como foram produzidos e quem os fabricou. Muitas vezes, por trás de uma roupa ou um objeto de *griffe*, se esconde uma realidade de exploração de mão-de-obra infantil, de poluição ambiental criminosa ou desrespeito ao ser humano⁶. O comportamento social é um componente e um reflexo do comportamento individual, e ao se adotar uma postura crítica e de mudança em relação à sustentabilidade, ela poderá ser assimilada por um número cada vez maior de pessoas e se refletirá nas atitudes sociais. Trata-se de possibilitar a emergência de novas formas de percepção da realidade que, por sua vez, favoreçam o surgimento de atitudes e comportamentos sintonizados com valores

⁶ Um bom exemplo desse assunto pode ser observado no documentário *China Blue* (2005). O filme narra o cotidiano dos trabalhadores na indústria têxtil na China, mais precisamente da produção de peças em jeans de marcas famosas, que serão vendidas em lojas de todo o mundo.

universais de respeito à vida e ao patrimônio comum da humanidade, equidade, não-violência e cooperação.

Tais mudanças somente poderão ser percebidas quando todos tomarem consciência de seus atos e de seus comportamentos, percebendo que tudo o que se faz para o ambiente natural influenciará, de alguma maneira, no ambiente de outro ser, seja ele humano ou não. Essa é uma tomada de consciência ética.

3.1.2

O design para a sustentabilidade ambiental

Somando-se às agressões ambientais dos últimos anos, o cenário que a humanidade protagoniza na atualidade é de profunda preocupação com o futuro das presentes gerações e, ainda mais, com as gerações que ainda estão por nascer. Mais do que nunca é imperativo que a sociedade se mobilize e faça algo, rápido, pois está em curso uma crise civilizatória sem precedentes. Admite-se, portanto, que o designer contemporâneo tem um papel fundamental e imprescindível diante dessa demanda, caso se oriente para uma nova compreensão de mundo, de tecnologia, de produção, de consumo e de educação. Ou seja, é preciso ajudar a emergência de um novo paradigma de design, para o presente e para o futuro.

Nesse sentido, Chick (1992, p.14) acredita que “o design tem o potencial para mudar o mundo. Tudo que for criado por um designer deve fazer mais do que simplesmente cumprir a sua finalidade. Importa também melhorar a qualidade de nossas vidas sem prejudicar o planeta”⁷. Afinal, somente haverá um desenvolvimento humano harmonioso com a natureza quando o design se orientar pela sustentabilidade e, para isso, será indispensável rever as antigas noções de ciência, tecnologia, produção industrial, consumo e autonomia das comunidades locais. Desse modo, começam a ser usados termos e conceitos que até então não eram familiares aos projetos de design, e produtos que eram inexistentes nas prateleiras das lojas, há pouco tempo, começam a surgir com força, afirmando a proposta do paradigma do desenvolvimento sustentável e do design para a sustentabilidade.

⁷ (Tradução livre).

Quase dez anos depois, ao contrário de Chick (1992), Bonsiepe (2011, p.18) ao afirmar que “o design se afastou cada vez mais da idéia de ‘solução inteligente de problemas’ e se aproximou do efêmero, da moda, do obsoletismo rápido, do jogo estético-formal, da glamorização do mundo dos objetos”, parece não acreditar que o design esteja comprometido em contribuir para o desenvolvimento da humanidade sustentável. Além disso, Bonsiepe coloca que atualmente o design é associado a objetos caros, pouco práticos, divertidos, com formas rebuscadas e gamas cromáticas chamativas. Esses aspectos ligados à moda são difundidos pela comunicação de massa, o que estimula a incessante busca pelo novo.

Carlo Vezzoli, pesquisador italiano do Politécnico de Milão, por sua vez, vem desenvolvendo propostas para as diversas áreas do design a fim de contribuir para criação de projetos mais sustentáveis ambientalmente. Ele afirma que a sustentabilidade ambiental refere-se às condições sistêmicas, segundo as quais, em nível regional e planetário, as atividades humanas não devem interferir nos ciclos naturais em que se baseia tudo o que a resiliência do planeta permite e, ao mesmo tempo, não devem empobrecer seu capital natural (MANZINI & VEZZOLI, 2005). Também afirma que “(...) podemos considerar sustentáveis somente aqueles sistemas produtivos e de consumo cujo emprego de recursos ambientais por unidade de serviço prestado seja, pelo menos, 90% inferior ao atualmente aplicado nas sociedades industriais mais avançadas” (IBIDEM, p.30).

Na visão de Vezzoli (2005), as ações humanas, para serem consideradas sustentáveis, devem atender aos seguintes requisitos: a) basear-se fundamentalmente em recursos renováveis e, ao mesmo tempo, otimizar o emprego dos recursos não renováveis (compreendidos como ar, água e o território); b) não acumular lixo que o ecossistema não seja capaz de reutilizar (isto é, fazer retornar as substâncias minerais orgânicas, e, não menos importante, as suas concentrações originais); c) agir de modo com que cada indivíduo e cada comunidade das sociedades “ricas” permaneça nos limites de seu espaço ambiental, bem como que cada indivíduo e cada comunidade das sociedades “pobres” possa efetivamente gozar do espaço ambiental ao qual potencialmente tem direito.

Para basear-se fundamentalmente em recursos renováveis, uma economia sustentável deve economizar energia, seja ela humana, eólica ou elétrica.

Economizar energia humana significa “projetar” uma cidade onde os deslocamentos sejam feitos de forma rápida e segura, através de um transporte coletivo eficiente. Vezzoli destaca que material e energia têm não só um grande custo econômico, mas também um grande custo ambiental.

Para Kazazian (2005, p.8), o conceito de desenvolvimento sustentável refere-se ao “desenvolvimento que concilia crescimento econômico, preservação do meio ambiente e melhora das condições sociais”. Veiga (2006, p. 188) diz que “a noção de desenvolvimento sustentável procura vincular estreitamente a temática do crescimento econômico com a do meio ambiente”. Para compreender tal vinculação, são necessários alguns fundamentos que auxiliem a relacionar pelo menos três dimensões: a) dos comportamentos humanos, econômicos e sociais, que são o objeto da teoria econômica e das demais ciências sociais; b) o da evolução da natureza, que é o objeto das ciências biológicas, físicas e químicas; e c) o da configuração social do território, que é objeto da geografia humana, das ciências regionais e da organização do espaço.

É necessário que a sociedade passe por um período de transição para que possa haver verdadeiramente um desenvolvimento sustentável. Muitos autores acreditam que essa transição já começou, e que o que vai definir o maior ou menor grau de transformação será o nível de informação da população. Vezzoli (2005) argumenta que existem dois caminhos para nortear essa transição em direção à sustentabilidade, ou seja, o caminho traumático, onde a transição será forçada por efeitos e fenômenos catastróficos, e o caminho indolor, onde a transição poderá ser feita por uma escolha consciente e prudente da sociedade.

Nas últimas décadas, principalmente nos anos 70, se disseminou a consciência de que o ar, a água e o solo estão sendo danificados e ameaçados por desastres, como a escassez e a contaminação. Porém, ainda hoje, as questões ambientais desempenham um papel secundário na implementação de políticas industriais e de comércio. Apesar disso, constata-se uma mudança de postura a partir da crescente pressão por parte dos consumidores e de uma legislação ambiental mais atuante.

Assim, as organizações têm um importante desafio na gestão ambiental: utilizá-la como ferramenta para sanar os malefícios dos processos de produção e de consumo da sociedade, visto que quase todos os problemas do meio ambiente se originam nos sistemas de produção, conforme Commoner (1990).

O grande interesse pela questão ambiental, constatada pelo número e importância de encontros, trabalhos acadêmicos e reuniões envolvendo nações de todo o mundo, demonstra uma crescente preocupação na utilização dos recursos da Terra. Contudo, apesar de todo o reconhecimento da importância de um desenvolvimento compatível com os ciclos naturais, caminha-se para um futuro que desafia qualquer noção de desenvolvimento sustentável, e de respeito à natureza.

O modelo econômico atual pressupõe uma parceria com o meio ambiente, principalmente na última década, onde o sucesso de uma empresa não deve ser desvinculado da responsabilidade ambiental e social. Porém, manter uma postura ambiental correta significa mais do que estar em conformidade com regulamentos ambientais, do que responsabilizar-se por danos causados ao meio ambiente ou mesmo do que melhorar a imagem corporativa. É preciso adaptar-se a uma nova ética para o consumo, respondendo e, ao mesmo tempo, induzindo consumidores a assumirem a responsabilidade individual sobre os aspectos ambientais envolvidos em cada simples produto. Esse deve ser um objetivo de todos os indivíduos que, de alguma forma, estão envolvidos com uma mudança de cultura, na disseminação de valores ambientais corretos.

Existe a necessidade de identificação de todo o repertório dos custos que envolvem a produção de determinados produtos e a utilização dos recursos disponíveis. Isso é algo bastante complexo e, na maioria das vezes, abrange aspectos técnicos e econômicos. Em geral, os aspectos sociais e ambientais ficam fora dessa conta, dadas as dificuldades em serem identificados e quantificados, mas eles traduzem, a longo prazo, um grande custo adicional para a sociedade como passivo ambiental.

Ainda hoje, as questões de custo, quando debatidas, não são acompanhadas das questões ambientais, principalmente no que se refere aos passivos ambientais gerados pela extração, pelo processo de confecção de mercadorias e pelo seu descarte. Isso apesar do fato da disponibilidade de matéria prima e do descarte de resíduos estar entre as variáveis indicadoras da viabilidade de um negócio. O caos que esse cenário faz vislumbrar coincide com uma exploração irracional imposta pela economia estruturada tal como hoje a conhecemos.

Surge a necessidade de posturas pró-ativas da sociedade em busca de uma nova eficiência produtiva, econômica e conseqüentemente social e ambientalmente sustentável. Esse problema passa inevitavelmente por um rigoroso reexame dos conceitos de economia, custos e desenvolvimento sustentável, além de um conhecimento prévio das possibilidades e de novos métodos na concepção de produtos ambientalmente harmônicos.

O consumo eficiente, como comprar produtos projetados de forma mais sustentável, oferece oportunidades de redução do impacto ambiental, mas as pessoas podem ainda estar consumindo muito além de suas necessidades reais. Santos (*in* MORAES; KRURCKEN, 2009) propõe o consumo “suficiente” que significa a revisão dos atributos de satisfação, estilo de vida e hábitos de consumo, buscando aproximar o consumo das necessidades reais de cada indivíduo e dos limites de resiliência do planeta terra (exemplo: não comprar determinados produtos; utilizar mais a luz natural; não utilizar o carro). A busca pelo consumo suficiente não deverá ocorrer sem que haja mudanças profundas na dinâmica complexa das estruturas da sociedade. Tais mudanças não ocorrem pela simples introdução de uma solução tecnológica ou gerencial e sim pela indução, desenvolvimento e implementação de cenários de vida economicamente viáveis, socialmente aceitáveis e culturalmente atrativos (VEZZOLI; MANZINI, 2008). São inovações mais radicais.

Ainda segundo Santos (*in* MORAES; KRURCKEN, 2009), talvez o desafio maior para a implementação de um design verdadeiramente sustentável é a percepção da maioria das pessoas de que aumento na qualidade de vida implica necessariamente em aumento da renda e aumento no uso de recursos naturais e tecnologia. Essa é uma visão individualista e comprovadamente equivocada, na medida em que bens materiais, tão somente, são insuficientes para efetivamente conferir felicidade às pessoas. A não consideração de aspectos chave ao desenvolvimento sustentável, como a equidade social e ambiental, por exemplo, tem revertido em detrimento da própria satisfação e felicidade das pessoas que têm elevado consumo. A violência e a poluição nas grandes cidades são exemplos de decorrências das deficiências na equidade social e ambiental da sociedade, afetando indiscriminadamente todos os indivíduos, não importa o extrato socioeconômico a que pertençam.

A influência de um foco ambiental no design de produtos é fundamental para garantir que o produto seja, na medida do possível, de baixo impacto para o meio ambiente. Preservar o meio ambiente e respeitar o valor da natureza, independente do valor utilitário que ela tem para os humanos, é uma questão ética.

3.2

Ética ambiental biocêntrica

Nessa parte do trabalho é apresentada uma proposta para estabelecer as bases para uma ética ambiental genuína. A investigação teórica acerca dos princípios da ética ambiental biocêntrica, partiu do estudo da proposta de Paul Taylor no livro *Respect for Nature*. O estudo da obra foi realizado no segundo semestre de 2008, na disciplina Ética Prática⁸. O autor é considerado um filósofo individualista da Ética Ambiental Biocêntrica e, no livro *Respect for Nature: a theory of environmental ethics*, apresenta sua teoria para a ética ambiental. Segundo Mendonça (2008), o livro marcou definitivamente o futuro da ética ambiental, com a sua proposta para uma ética biocêntrica, na qual Taylor desenvolve um sistema de crenças visando o respeito do “bem próprio” das coisas vivas em sua singularidade.

A teoria de Taylor foi denominada, por outros eticistas, como “individualismo biocêntrico”, pois o autor se afasta de concepções holistas que consideram moralmente respeitáveis as espécies, em detrimento dos indivíduos que a compõem.

A proposta de Taylor é uma tentativa de estabelecer as bases racionais de um sistema de princípios morais, através do qual o tratamento humano para com o ecossistema natural e as comunidades selvagens, deva ser guiado. Taylor argumenta que, independente dos deveres que os humanos possuem para com os outros seres humanos, humanos são moralmente requeridos a se preocupar com certas ações que possam beneficiar ou prejudicar os seres selvagens no mundo natural. Assim, considera que o mundo natural não é um simples objeto para ser explorado pelos humanos, nem as criaturas utilizáveis como recursos de nosso uso

⁸ Disciplina ministrada pela professora Dra. Sônia T. Felipe, no programa de pós-graduação em Filosofia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, na Universidade Federal de Santa Catarina. Além da professora, participaram do estudo oito alunos de mestrado e doutorado.

e consumo. Ao contrário, as comunidades de vida selvagens são merecedoras de preocupação moral e consideração pelos humanos, pois possuem um tipo de valor que pertence a elas inerentemente.

A formulação de uma ética ambiental, segundo Taylor, é necessária porque as plantas e os animais não são reconhecidos como tendo interesses ou valores que devam ser levados em conta por si mesmos. Portanto, para que ocorra a preservação do mundo natural, é preciso que seja respeitado o valor inerente das coisas vivas, independente de qualquer valor instrumental que possam ter para os humanos.

Para definir o valor das entidades na natureza, Taylor (1987, p. 69) apresenta o conceito de bem próprio: “o tipo de entidade possuidora de bem próprio é sempre entendida como um organismo individual”. Uma forma de saber se algo pertence à classe de entidades que possuem “bem próprio”, é ver se faz sentido falar sobre o “bem ou mal” da coisa em questão. Se for possível dizer que algo é bom ou ruim para uma entidade, sem referência a qualquer outra entidade (ser humano ou não), então a entidade possui bem próprio (IBIDEM, p. 61). Contudo, o problema é que o “bem e o mal” são valores subjetivos, ou seja, dependem do sistema de valores a partir do qual são enunciados.

A ideia de “bem ou mal”, segundo Taylor, pode igualmente ser expressa em termos de benefícios ou malefícios. Beneficiar uma entidade é preservar a condição que é favorável para a mesma, ou evitar, ou prevenir o acontecimento de uma condição que seja desfavorável para ela. Prejudicar é acarretar uma condição desfavorável ou destruir ou tirar uma condição favorável. Os termos “favorável” e “desfavorável” se aplicam a uma entidade da qual seu bem próprio pode ser buscado ou danificado, e isto pode verdadeiramente ser dito apenas para uma entidade que possui bem próprio, segundo o autor.

Taylor usa o termo “bem inerente” (*inherent worth*)⁹ que deve ser atribuído apenas a entidades possuidoras de “bem próprio”. O reconhecimento do bem inerente de uma entidade é declarado de dois modos: (a) independentemente de uma entidade ser valorizada de forma intrínseca ou instrumental, por algum avaliador humano; (b) independentemente de uma entidade ser de fato útil para a

⁹ O termo em inglês *inherent Worth* foi traduzido pelo grupo de estudo por “bem inerente” que, para Taylor, não tem o mesmo sentido de *inherent value*, “valor inerente”.

busca da realização do bem de algum outro ser, humano ou não-humano, consciente ou não-consciente (IBIDEM, p. 75).

Portanto, na teoria de Taylor, se um ser vivo possui bem inerente, esse possui tal bem independentemente de qualquer valor instrumental ou inerente, e sem referência ao bem de qualquer outro ser. Portanto, se as pessoas forem consideradas como possuidoras de bem inerente, então todas elas possuem o mesmo valor. Para o autor, o mesmo tipo de argumento também sustenta a afirmação de que todos os animais e plantas, no mundo natural, possuem bem inerente. Assim, essa forma de considerá-los é coerente com o sistema de crenças, do ponto de vista biocêntrico da natureza.

Na teoria da ética ambiental biocêntrica elaborada por Taylor, os humanos devem identificar a sua existência, as suas relações com os outros seres vivos e o conjunto de ecossistemas naturais em seu planeta, como membros da “comunidade de vida da Terra”. Ou seja, os humanos devem considerar-se parte integrante da natureza, e como tal, procurar valorizar todas as formas de vida, permitindo as suas existências, independente de qualquer valor instrumental para eles.

Do estudo sobre a proposta de Taylor resultou uma questão central: “antropocentrismo *versus* biocentrismo”. O ponto de vista biocêntrico desemboca em uma visão não hierárquica da natureza. Aceitar tal ponto de vista é comprometer-se com o princípio da imparcialidade entre as espécies. Nenhuma preferência a favor de algumas sobre outras é aceitável. Essa imparcialidade se aplica à espécie humana, assim como se aplica às espécies não-humanas.

No Brasil, embora não se encontrem textos de teóricos ambientalistas biocêntricos, pode-se observar que o ambientalista José Lutzenberger, através das suas argumentações, se aproxima de uma visão ambientalista biocêntrica:

Se quisermos sair da atual crise ecológica que a humanidade trouxe sobre si mesma, e se não sairmos, não teremos futuro, vamos precisar de uma moral mais ampla, mais completa, de uma ética ecológica. Temos que aprender a ver o todo. Temos que nos livrar deste velho preconceito ocidental, de que o homem é o centro do universo, de que toda criação está aqui para nos servir, de que temos direito de usá-la e abusá-la sem sentido algum de responsabilidade. Temos que nos libertar da idéia de que outros seres só têm sentido em função da sua utilidade imediata para o homem. Nossa ética terá que incluir toda criação¹⁰.

¹⁰ LUTZENBERGER, José. Por uma Ética Ecológica in BONES, Elmar; HASSE, Geraldo. *Pioneiros da Ecologia – Breve História do Movimento Ambientalista no Rio Grande do Sul* – Porto Alegre: Editora Já, 2002, p.190. Artigo publicado no jornal Correio do Povo em

José Lutzenberger foi um dos ambientalistas brasileiros mais ativos nas décadas de 70 e 80. Sua formação acadêmica é a de engenheiro agrônomo, foi vendedor de produtos químicos, e tornou-se um conferencista sobre questões ligadas à preservação ambiental. Em 1971 proferiu a conferência “Por uma ética ambiental ecológica”, considerada um marco no movimento ambiental brasileiro (BONES; HASSE, 2002).

Entre os causadores dos problemas ambientais apresentados por Lutzenberger está “a ética ocidental, a que hoje domina o mundo, independente de ideologias políticas e religiosas, é exclusivamente antropocêntrica, não reserva nenhum lugar para as demais criaturas” (IBIDEM, 2002, p. 188).

O ponto de vista ético da sociedade humana atual é predominantemente humano-centrado (antropocêntrico). Dessa forma, os princípios básicos de uma teoria de ética ambiental biocêntrica serão, a princípio, dificilmente compreendidos por muitos. A condição moral da ética humana é o "respeito pelas pessoas". Em adição às obrigações morais que humanos tem pelos seus pares humanos, também possuem deveres para com os demais seres da comunidade viva da Terra (TAYLOR, 1987).

Sob o ponto de vista da ética biocêntrica, proposta por Taylor e outros teóricos, as obrigações dos humanos para com as formas de vida não-humanas estão baseadas no seu *status* de entidades possuidoras de “bem inerente”. Essas entidades possuem um tipo de valor que pertence a elas por meio de sua própria natureza, e é o valor que torna equivocado tratá-las como se existissem apenas como meros meios para possibilitar ações humanas. É pelo bem dessas entidades que seu bem deve ser promovido ou protegido. Assim como os humanos devem ser tratados com respeito, assim as formas de vida não-humanas também devem ser tratadas.

A complexidade em estabelecer regras de conduta para as atividades dos humanos, diante da visão da ética ambiental biocêntrica, tem desafiado os teóricos. Esses buscam formular teorias que apresentem valores e regras coerentes para guiarem as ações humanas, permitindo um desenvolvimento ambientalmente sustentável, com o menor impacto possível para a natureza não-humana.

3.3

A ética ambiental biocêntrica para resolução de conflitos: os humanos e a natureza

Para a sobrevivência dos humanos na Terra é necessário, de alguma forma, destruir ou danificar o ambiente natural. Para resolver os dilemas morais surgidos quando valores e direitos humanos conflitam com o bem próprio de não-humanos, Taylor apresenta cinco princípios de prioridade: princípio da auto-defesa, princípio da proporcionalidade, princípio do mal menor, princípio da justiça distributiva, princípio da justiça restitutiva. Esses princípios servirão como base para a reflexão a respeito de um sistema de moda mais ético.

Conforme Mendonça (2008, p. 65), “conflitos de interesses entre humanos e não-humanos não podem ser evitados. Os humanos competem com animais e plantas quando usam o ambiente natural e também no momento de consumir um ente vivo para sobreviver”. Assim se estabelece um dilema ao se adotar a atitude de respeito pela natureza, pois concorrem dois interesses básicos de entidades vivas, entre humanos e não-humanos, e ambos possuem “bem inerente”.

Na tentativa de mediar tal conflito, Taylor (1987, p. 264-304) apresenta os seus cinco princípios de prioridade. O primeiro princípio, da auto-defesa, permite aos agentes morais se protegerem contra organismos danosos ou perigosos, destruindo-os, caso necessário. Ou seja, esse princípio estabelece que humanos (agentes morais) podem defender-se de organismos perigosos quando os mesmos signifiquem severos danos à sua existência. No entanto, deve-se realizar o “mal menor” (apresentado a seguir) e em nenhuma instância a destruição desse organismo deve ser realizada meramente para buscar nossos próprios fins ou valores. Deve haver a certeza de que não há nenhuma outra forma possível de evitar o dano causado ao ser humano pelo organismo em questão.

O segundo princípio, o da proporcionalidade, diz que em um conflito entre valores humanos e o bem de animais e plantas silvestres, o maior peso deve ser dado aos interesses básicos (por exemplo, a sobrevivência) do que aos não-básicos (por exemplo, a diversão), não importando as espécies em competição. Esse princípio proíbe a sobreposição de interesses básicos, por interesses não-básicos, mesmo quando os interesses não-básicos forem de humanos e os básicos de

animais ou plantas. O princípio da proporcionalidade é uma forma de equilibrar os interesses humanos com os interesses dos outros seres, de forma que se tente satisfazer os dois ao máximo possível.

O terceiro princípio, do mal menor, aplica-se nas situações em que (a) os interesses básicos de animais e plantas estão inevitavelmente em competição com os interesses não-básicos humanos; (b) interesses humanos em questão não são intrinsecamente incompatíveis com o respeito pela natureza; (c) ações necessárias para satisfazer aqueles interesses, contudo, são prejudiciais aos interesses básicos de animais e plantas; (d) interesses humanos envolvidos são tão importantes que pessoas racionais e bem informadas, com genuíno respeito pela natureza, são forçadas a aceitar a busca daqueles interesses, mesmo quando eles implicam em consequências indesejáveis à vida silvestre. Em suma, o princípio do mal menor se aplica em situações em que os interesses básicos de animais e plantas estejam inevitavelmente em competição os interesses não básicos de humanos e que a satisfação desses interesses humanos seja prejudicial para os outros seres. Como exemplo, pode-se citar: construção de um museu de arte, biblioteca, aeroporto, ferrovia, hangar, ou rodovia em local onde tenha que ser destruído habitat natural, envolvendo sério distúrbio do ecossistema natural, ou ainda substituir uma floresta nativa por plantação para extração de madeira, mudar o curso de um rio para gerar uma inundação visando a construção de uma usina hidrelétrica, tornar uma floresta um parque público. Para poder discernir sobre a importância do interesse de cada uma das partes, aplica-se o princípio da proporcionalidade (citado anteriormente) para dessa forma realizar o menor dano possível a ambos.

O quarto princípio é o da justiça distributiva. Esse princípio é utilizado nos casos em que não é possível aplicar os três princípios anteriores, já que nesses casos os organismos não significam uma ameaça para humanos e, ao mesmo tempo, seus interesses são de igual importância. Aqui pode se dividir os recursos benéficos da Terra de forma igualitária com outros membros do planeta – a meta é tornar possível que esses continuem sua existência lado a lado com as culturas humanas – no entanto, algum dano inevitavelmente acaba sendo feito. Assim, o critério desse princípio é a justa distribuição dos bens garantidores de satisfação dos interesses das partes em conflito, quando todos os interesses são básicos, portanto de igual importância para os envolvidos. Por serem de igual importância,

eles têm o mesmo peso moral. A equanimidade no peso, preservado na decisão que soluciona o conflito é o que garante a justiça para todos.

O quinto princípio é o da justiça restitutiva: aplicável sempre após o princípio do mal-menor e o da justiça distributiva. Se forem causados danos a não-humanos por agentes morais, alguma forma de reparação ou compensação deve ser feita, para que as ações dos agentes morais sejam completamente consistentes com a atitude de respeito pela natureza. Assim, o princípio da justiça restitutiva se aplica para repor aquilo que foi prejudicado aplicando-se os princípios anteriores, buscando o bem de todo um ecossistema, para poder atingir o maior número possível de seres.

É importante ressaltar que a proposta de Taylor foi desenvolvida para aplicabilidade restrita a ecossistemas naturais e suas comunidades de vida silvestres. Ou seja, somente para coisas vivas em estado de não manejo humano. Essa delimitação é alvo de críticas formuladas por outros teóricos. Além disso, existem pesquisas científicas que apontam que o ser humano já interferiu, direta ou indiretamente, mesmo quando não manejado, em todo ambiente natural do planeta.

Essas pesquisas levantaram, por exemplo, que a ameaça de extinção das águias americanas nos anos 30/50, a redução expressiva da população de lontras na Inglaterra ao final dos anos 50, os problemas reprodutivos em população de visom dos Grandes Lagos no início da década de 60, a grande mortandade de filhotes e deformações em gaivotas em *Near Island* (Lago Ontário) nos anos 70, a diminuição do pênis da população de jacarés do Lago Apokpa na Flórida na década de 80, a mortandade em massa de focas na Ilha de Anholt, no norte da Europa, em 1992, a mortandade de golfinhos no mediterrâneo em 90, são alguns dos problemas ambientais, geralmente provocadas por agentes químicos (COLBORN, DUMASOSKI e MYERS, 2002). Na esfera humana, tais produtos são suspeitos de provocar problemas reprodutivos, neurológicos, degenerativos, câncer, alergias, intoxicações, entre outros.

Colborn (2002) e outros biólogos colaboradores apresentaram um levantamento detalhado e criterioso sobre os problemas ambientais e humanos sob suspeita, ou comprovadamente, causados por agentes químicos, com base em levantamento bibliográfico, em dados e informações da mídia, em entrevistas com cientistas, pesquisadores e estudiosos do assunto, em participação em eventos de

lideranças científicas para discussão aprofundada da temática. Cada caso foi discutido de forma detalhada, resgatando-se o fato que lhe deu origem, os aspectos históricos, os estudos científicos realizados, ou em andamento, sobre os agentes químicos e suas conclusões. O livro de Colborn é considerado como um dos mais importantes sobre os efeitos de diversos produtos que estão sendo condenados pelos ecologistas, há mais de trinta anos. O primeiro livro que demonstrou os efeitos dos organoclorados e outros produtos químicos sobre a vida selvagem foi de Rachel Carson, em 1962, no seu livro “Primavera Silenciosa”. O clamor que se seguiu à sua publicação forçou a proibição do DDT e instigou mudanças revolucionárias nas leis que dizem respeito ao ar, terra e água. A preocupação apaixonada de Carson com o futuro do planeta reverberou poderosamente por todo o mundo, e seu livro foi determinante para o lançamento do movimento ambientalista. Este notável trabalho de Carson foi considerado em 2000, pela Escola de Jornalismo de Nova York, uma das maiores reportagens investigativas do século XX.

Hoje, estes efeitos dos produtos químicos, para desespero da atual civilização antropocêntrica, também estão evidentes no animal humano. Segundo pesquisas que vêm sendo publicadas com cada vez mais frequência, muitos produtos consumidos, principalmente alimentos e roupas (que estão diretamente em contato com o corpo humano) contém produtos químicos que podem ser nocivos à saúde humana, podendo até matar gradativamente, desencadeando câncer e outras doenças graves.

Então, se pode concluir que a proposta da ética ambiental biocêntrica pode trazer uma grande contribuição para a resolução de conflitos entre os humanos e a natureza. Partindo da proposta biocêntrica os humanos, ao gerenciarem seu desenvolvimento, deveriam avaliar suas ações de forma a permitir que outros seres não-humanos, rios, florestas, possam ter uma existência sem uma interferência desmedida, sem destruição e extinção.

As sociedades humanas desenvolveram a capacidade de intervir no ambiente e nos processos naturais segundo objetivos e modelos próprios. Por isso elas têm a responsabilidade de não destruir a qualidade do ambiente em que vivem e agem no uso dessa capacidade. Essa é a base da ética ambiental¹¹.

¹¹ Ética ecológica: antropocentrismo ou biocentrismo? José Roque Junges. Disponível em <<http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/801/1232>>. Acesso em 15/07/2011.

Esse é o grande desafio da humanidade no século XXI, rever o desenvolvimento humano de modo que seja possível se manter áreas naturais sem destruição, o que contribuirá para a sustentabilidade ambiental.

3.4

Veganismo

Veganismo é o mesmo que vegetarianismo estrito, ou ainda, vegetarianismo profundo. Ou seja, veganos não consomem nenhum produto de origem animal, nem fazem uso de animais para trabalho, experimentação, entretenimento, entre outros. O termo veganismo surgiu no século XX, mas o vegetarianismo não é uma “nova moda”, na realidade, ele tem uma longa história. Brahminismo, budismo, jainismo e zoroastrismo, todas estas religiões há muito estabelecidas, defenderam a abstenção da carne como alimento, como fizeram também alguns dos primeiros filósofos e pensadores como: Pitágoras, Sêneca, Ovídio, Diógenes, Platão, Plotino e Sócrates (embora, na verdade, não se saiba se eles todos praticavam o que pregavam).

Singer¹² afirma que o preceito de que devemos evitar comer carne ou peixe tem raízes filosóficas remotas. Nos Upanishades (c. 1000 a.C.), a doutrina da reencarnação levava à abstenção de carne; Buda ensinava a compaixão por todas as criaturas capazes de ter sensações; os monges budistas não podiam matar animais nem comer carne, a menos que soubessem que o animal não havia sido morto por sua causa; o jainismo pregava a *ahimsa*, ou a não-violência em relação a qualquer criatura viva e, portanto, a não ingestão de carne. Segundo Singer, na tradição ocidental, o livro do Gênesis (da Bíblia cristã) sugere que os primeiros seres humanos eram vegetarianos e que a permissão para comer carne só teria sido dada após o dilúvio. A partir daí, o vegetarianismo encontra pouco apoio nas escrituras judias, cristãs, ou islâmicas. O vegetarianismo filosófico, por sua vez, foi mais forte na Grécia e na Roma antigas, sendo que foi defendido por Pitágoras, Empédocles, Plutarco, Plotino, Porfírio e, em algumas passagens, Platão. Os pitagóricos abstinham-se de todo alimento de origem animal e isto se devia, em parte, à crença de que homens e animais partilham a mesma alma e, ao que parece, por considerarem também essa dieta mais saudável. Platão partilhava

¹² Peter Singer. Disponível em: http://www.criticanarede.com/fil_vegetarianismo.html. Acesso em: 04/06/2010.

parcialmente dessas duas ideias. O ensaio de Plutarco, *Sobre Comer Carne*, escrito em fins do século I ou início do século II de nossa era, é um argumento detalhado em defesa do vegetarianismo, apoiando-se nas ideias de justiça e tratamento humano dos animais.

Como se vê, a discussão sobre o vegetarianismo e os direitos dos animais é antiga e está presente nas tradições filosóficas ocidental e oriental¹³. No oriente, tem como base as religiões fundamentadas sobre a não-violência (budismo, jainismo e hinduísmo). No ocidente, tem fundamento na filosofia grega clássica, que combinava argumentos éticos e espirituais, e pode ter sido influenciada pelas religiões orientais.

O advento do cristianismo retirou força do debate sobre o vegetarianismo e os direitos dos animais, que só ressurgiu após o Renascimento e, principalmente, após o Iluminismo. As preocupações éticas e políticas do Iluminismo estenderam-se à questão animal. No século XIX, a filosofia moral utilitarista também destacou o dever de minimizar o sofrimento dos animais. Nessa época surgiu o bem-estarismo¹⁴ e as primeiras sociedades protetoras de animais e vegetarianas.

No século XX, a expansão do uso de animais por seres humanos, em função do crescimento e industrialização da pecuária e da ampliação da experimentação científica pelo modelo animal, em conjunto com a ampliação do conhecimento humano acerca das espécies animais, sob a influência de Charles Darwin, houve uma guinada no debate sobre a questão animal. Surgiram as críticas ao paradigma bem-estarista, houve a difusão do conceito de direitos animais e o surgimento de um movimento abolicionista, em favor do fim do uso de animais pelos seres humanos.

Mas a incorporação dos animais às considerações morais e o respeito à não-violência já existia há muito tempo. No subcontinente indiano, o princípio da não-violência é conhecido desde, aproximadamente, os séculos VIII a VII a. C. Ele serviu de matriz para três vertentes religiosas, o jainismo, o budismo e o hinduísmo e todas elas incorporam os animais às suas considerações morais a respeito da não-violência. De modo geral, eles condenam a violência contra

¹³ A história sobre o veganismo, aqui apresentada, é uma compilação de informações apresentadas em vários sites especializados citados na bibliografia.

¹⁴ Filosofia que defende o uso de leis que regulamentem o uso de animais não-humanos por seres humanos, como forma de minimizar seu sofrimento sem abolir sua condição de propriedade. Glossário. Disponível em: <http://www.anda.jor.br/?p=4067> Acesso em: 03/06/2010

animais com base na premissa religiosa da transmigração das almas, pela qual um ser humano pode reencarnar como outro animal, e na idéia de que há uma integração cósmica entre todas as formas de vida. Não se deve daí concluir, porém, que essa cosmogonia possui uma visão de igualdade entre as diferentes formas de vida, uma vez que, em geral, afirma-se que a reencarnação como animal é uma punição para seres humanos, nem que determina deveres diretos de humanos perante não-humanos, uma vez que os animais não-humanos só devem ser respeitados por carregarem a alma de um ser humano, ou porque o dano causado contra eles poderá acarretar um carma negativo para o agente da ação danosa.

O fato é que jainismo, budismo e hinduísmo preconizaram certas interdições na relação entre humanos e não-humanos. O budismo não advoga o vegetarianismo, por valorizar a mendicância como sinal de humildade e, como tal, comandar que os monges aceitem qualquer tipo de comida que lhes seja oferecido. Não obstante, o budismo comanda que os monges não pratiquem nenhum ato violento contra animais e lhes proíbe o consumo da carne de animais abatidos especialmente para eles. Por influência do budismo foi na Índia que foram adotadas as primeiras leis de proteção animal, no século II a. C.

O hinduísmo, em geral, comanda uma dieta vegetariana. Bovinos, em especial, são animais protegidos. O consumo de leite, porém, é defendido como uma forma de comunhão com a vaca, que é considerada uma divindade de características maternas. Por conta disso, a maioria dos hindus segue uma dieta lacto-vegetariana. É importante ressaltar, porém, que não é claro que as religiões hindus tenham sempre professado essa divindade da vaca, e que a mesma pode ter surgido por razões históricas, devido à tradição pastoril e à dependência dos indianos antigos de uma dieta rica em laticínios. O jainismo, por sua vez, comanda o respeito a toda forma de vida e, por conta disso, muitos de seus adeptos adotam uma dieta vegetariana estrita, rejeitando até o consumo de raízes (para não ameaçar os animais que vivem sob a terra), ou adotam o frugivorismo (dieta baseada apenas em frutos), como forma de poupar também as formas de vida vegetal.

No ocidente, a discussão sobre o vegetarianismo data do período da Grécia e Roma Clássicas (a partir do século VI a. C.). Segundo o historiador Rynn Berry, essa filosofia pode ter sido influenciada pelo contato com as filosofias orientais da

não-violência. A dieta lacto-vegetariana é atribuída a Pitágoras, seus seguidores e algumas correntes de neo-platonistas, dentre os quais o filósofo romano Porfírio, a quem é atribuído um dos mais antigos tratados em defesa do vegetarianismo, “Da Abstinência do Alimento Animal”. Também são descritos como vegetarianos o filósofo grego Sêneca e o poeta romano Ovídio. As razões para tal seriam a busca de pureza, uma vez que a alimentação que incluísse o sofrimento e o sangue de animais embrutecia o espírito e atrasava a sua evolução, e também a busca de um modo de vida ascético. Havia também debates éticos sobre a existência de deveres dos seres humanos em relação aos demais animais, ideia que era defendida por esta corrente filosófica, em função das semelhanças existentes entre humanos e não-humanos. O sacrifício religioso de animais, comum na cultura greco-romana, também era objeto de reprovação por parte dessas correntes filosóficas.

Com o advento do Cristianismo, o vegetarianismo foi praticamente abolido do ocidente. Filósofos da escolástica medieval como São Tomás de Aquino e Santo Agostinho rejeitavam a ideia de que os seres humanos tivessem deveres perante os animais não-humanos. As restrições alimentares observadas pelos cristãos jamais tinham caráter terminativo, e de modo algum se referiam a objeções morais, mas tão somente à importância do jejum como ato de humildade e penitência. A crueldade contra animais deveria ser condenada apenas na medida em que manifestasse uma má-inclinação do espírito e tendência à crueldade também contra outros seres humanos. Tais posições persistiram nas épocas posteriores à Idade Média, sendo ainda predominantes e influentes na cultura ocidental, inclusive nas perspectivas seculares e científicas. Foi assim que René Descartes, em suas *Meditações*, no século XVII, defendeu a ideia de que animais não-humanos não possuem alma nem razão, e apenas respondem a estímulos como autômatos. Há séculos, embora tenha sido rejeitada e desacreditada pelas evidências científicas, a concepção mecanicista de Descartes sobre os animais permanece forte no senso comum ocidental até os dias de hoje.

O debate sobre o vegetarianismo reemergiu com o Renascimento. Alega-se que Leonardo da Vinci era vegetariano, mas não há dados confiáveis sobre esta informação como, de modo geral, sobre a maioria das personalidades da Idade Moderna a quem se atribui uma dieta vegetariana. O advento do Iluminismo, no século XVIII, trouxe de volta o interesse sobre a questão dos direitos dos animais e do vegetarianismo. As preocupações políticas e éticas do Iluminismo com a

liberdade e a igualdade influenciaram a reflexão sobre as relações entre os animais humanos e não-humanos. Diversos filósofos iluministas, como François-Marie Voltaire, Jean-Jacques Rousseau e Thomas Paine dissertaram sobre o dever da compaixão para com animais. Immanuel Kant, porém, filósofo da última fase do Iluminismo, a despeito de uma filosofia moral que inspirou o movimento posterior pelos direitos animais, rejeitava a ideia de que o ser humano tivesse deveres perante animais não-humanos, retomando a tese escolástica de que o ser humano deve ser compassivo com os animais apenas na medida em que esta indica a nobreza de caráter e sentimentos de um ser humano.

No fim do século XVIII, o pastor protestante Humphrey Primatt inaugura uma longa tradição britânica no debate sobre a questão animal com seu texto *The Duty of Mercy* (O Dever da Compaixão), em que afirma o dever dos seres humanos de ter compaixão pelos animais, por estes serem capazes de sentir dor, e critica a não-observância desse princípio como mero preconceito em favor da própria espécie (sugerindo dois conceitos chave para o movimento pelos direitos animais a partir do século XX: a senciência¹⁵ e o especismo).

No século XIX, o utilitarismo, baseado nas considerações sobre a dor e o sofrimento dos animais não-humanos, reivindicava que os mesmos fossem incorporados à comunidade moral e tivessem seus interesses e seu sofrimento levados em consideração pelo ser humano. Data desse mesmo período a criação e expansão das leis de bem-estar na Inglaterra. Em 1822, foi aprovada a Lei do Tratamento Cruel de Gado, punindo abusos e maus-tratos contra equinos e gado. A lei teve similares em outras partes do mundo e foi expandida para a Lei de Crueldade Animal em 1835, proibindo, por exemplo, as rinhas de cães e de galos, e recebeu emendas em 1849 e 1876. Desse mesmo período datam a criação, em 1824 na Inglaterra, da Sociedade Real de Prevenção à Crueldade Contra Animais (RSPCA) e, em 1866, nos Estados Unidos, a Sociedade Americana de Prevenção à Crueldade Contra Animais (ASPCA). A *Vegetarian Society* foi fundada na Inglaterra, em 1847, sendo fundamental na difusão do vegetarianismo. O pioneirismo britânico no debate da questão animal se deve ao contato desse povo

¹⁵ Senciência é a capacidade de sentir, que engloba pelo menos todos os animais vertebrados. LUNA, Stelio P. L. Disponível em: <http://www.veterinaria-nos-tropic.org.br/suplemento11/17-21.pdf> Acesso em: 03/06/2010

com o princípio da não-violência, por meio da conquista colonial britânica sobre a Índia, onde predomina a religião hindu.

Na Europa continental, o filósofo austríaco Arthur Schopenhauer tornou-se um defensor da ideia de que animais não-humanos fossem portadores de direitos. Ele atribuía a desconsideração moral dos animais na Europa à tradição judaico-cristã e seu antropocentrismo. É importante destacar, entretanto, que nenhum desses filósofos europeus que pensavam a questão animal, desde o Iluminismo, dava especial importância à questão do vegetarianismo, o que se deve atribuir, também, às limitações de conhecimento sobre nutrição e de acesso a uma dieta vegetariana, na Europa dos séculos XVIII-XIX. Rousseau tinha uma visão favorável do vegetarianismo, mas ele mesmo não era vegetariano.

Também no século XIX é importante ressaltar o impacto da obra de Charles Darwin, *A Origem das Espécies* (1859), e da sua teoria da evolução. Darwin reafirmou o fato de que o ser humano também era uma espécie de animal, destacou seu parentesco com outras espécies de primatas, e ressaltou que as diferenças entre seres humanos e outros animais não eram de tipo, mas de grau: ou seja, não haveria uma característica distintamente humana, impossível de ser percebida em outros animais; o que distinguiria o ser humano de outras espécies de animal seria o grau de desenvolvimento de tais características também presentes nessas outras espécies. A obra e o pensamento de Darwin serviriam de fundamento científico para as teses dos defensores dos direitos dos animais e inspiração para a crítica do antropocentrismo e do especismo que inviabilizam o respeito aos direitos morais dos animais não-humanos.

O termo “direitos animais” foi aplicado pela primeira vez em 1892, pelo teólogo britânico Henry Salt, estabelecendo os pilares para o debate ético contemporâneo da questão animal, que teria seu epicentro na Universidade de Oxford, de onde saíram o psicólogo Richard D. Ryder e o filósofo Peter Singer.

No século XX, as leis de bem-estar animal se expandiram, junto com a crescente produção industrial de animais para o consumo humano. Na Alemanha e na Grã-Bretanha, foram aprovadas restrições à experimentação animal. A pecuária intensiva e a ampliação do uso de animais em experimentos reabriram o debate sobre os abusos e crueldade contra animais, bem como sobre os limites do paradigma bem-estarista para tentar contê-los.

O conceito de Veganismo surge em 1944, criado por Donald Watson e Elsie Shrigley, fundadores da *Vegan Society* britânica, em função da percepção da inadequação do conceito de vegetarianismo no que concerne a uma atitude ética coerente em relação aos animais não-humanos, uma vez que o conceito amplamente aceito naquela época restringia-se à esfera alimentar e baseava-se na abstenção do uso de alimentos advindos diretamente da morte de um animal, admitindo como integrante do vegetarianismo uma dieta que incluísse produtos de origem animal não resultante da morte de um animal (tais como leite, ovos e mel), ainda que os mesmos também acarretem danos aos animais não-humanos de quem são extraídos tais produtos, resultando, em última instância, na sua morte provocada.

Em 1959, na Grã-Bretanha, foi apresentado um protocolo visando mudanças no uso de cobaias em laboratório, conhecido como 3R, na sigla em inglês (Redução, Refinamento e Substituição), visando o uso de menos cobaias e sua substituição por outros métodos, mas sem resultados práticos, desde então, o número de cobaias usadas em pesquisas científicas apenas tem crescido, naquele país e em todo o mundo.

Na década de 1970, o trabalho de dois intelectuais ajudou a mudar o panorama da discussão sobre os direitos animais. O psicólogo britânico Richard D. Ryder, depois de ter participado em experiências com animais não-humanos, passou a advogar contra a prática e, em 1973, criou o conceito de especismo. Ryder defendia a atribuição de direitos aos não-humanos com base no conceito de sentiência.

Em 1975, inspirado por Ryder, o filósofo utilitarista australiano Peter Singer publicou seu livro mais famoso sobre o tema, *Libertação Animal*, citado como grande influência por muitos dos ativistas contemporâneos. Singer, porém, não adota uma concepção de direitos animais, mas sim o princípio da igualdade de consideração de interesses. Além disso, ele adota como conceito central a autoconsciência, à qual atribui diferentes graus, e afirma que a morte é um dano maior para seres humanos e grandes primatas que para outros animais não-humanos, postulando, em consequência, que a morte não é um dano em si, e que por esta razão, e também por razões estratégicas, os defensores dos animais devem concentrar-se em melhorar as condições de vida dos animais criados por

seres humanos, razão pela qual Singer é situado no campo do bem-estarismo, por aceitar a criação artificial e o manejo de animais.

Também nos anos 1970 houve as primeiras ações diretas de libertação de animais de fazendas de criação e laboratórios, e sabotagem dos mesmos, assinados pela ALF (Frente de Libertação Animal). Tais ações despertaram grande controvérsia no movimento pelos direitos animais, sendo rechaçadas como bem-estaristas ou como estrategicamente inadequadas por alguns ativistas. É importante destacar que a ALF não se constitui numa organização em estrito senso, mas numa rede de grupos dispostos a levar adiante ações de libertação e sabotagem, contanto que cumpram as normas gerais básicas do grupo, dentre as quais, ser vegetariano e que nenhum animal – humano ou não-humano – seja ferido nas ações perpetradas em seu nome.

Em 1980 foi fundada, nos Estados Unidos, a PETA (Pessoas pelo Tratamento Ético de Animais), entidade que notabilizou-se pelas ruidosas campanhas para promover o vegetarianismo, as quais costumam ser criticadas pela agressividade (como as campanhas que comparam a criação industrial de animais ao holocausto nazista, e outra que afirma que alimentar crianças com carne é uma forma de abuso), pelo sexismo na exploração de imagens de mulheres nuas e pela defesa de reformas bem-estaristas.

Também nos anos 1980 cresceu a vertente abolicionista do movimento em defesa dos animais, despertada pela expansão sem precedentes da exploração animal, com a conseqüente escalada de abusos, levando a uma percepção mais crítica e radical do paradigma bem-estarista e o foco na centralidade do problema da redução dos animais não-humanos à condição de objetos e propriedade dos seres humanos. O abolicionismo beneficiou-se da expansão do pensamento intelectual sobre os direitos animais e tem se dedicado, igualmente, à denúncia da incapacidade das reformas bem-estaristas em trazer melhorias relevantes nas condições de vida dos animais criados por seres humanos e em questionar os fundamentos da exploração animal. Seus principais teóricos são Tom Regan e Gary L. Francione.

Fox conseguiu levar o nosso pensamento sobre o vegetarianismo para um nível diferente. Ele está correto ao dizer que o vegetarianismo é mais do que uma dieta, que representa uma consciência particular sobre as questões fundamentais que envolvem a violência, as nossas obrigações diferentes para com os outros (humanos e não humanos) e para com o planeta em que vivemos.

A teoria de Fox do "vegetarianismo profundo" é realmente uma abordagem à "estrutura profunda" das muitas vertentes de pensamento diferentes que convergem e se expressam na nossa escolha para rejeitar a violência e para abraçar o parentesco com todos os seres sencientes como parte de nossas vidas diárias¹⁶.

O "vegetarianismo profundo" proposto por Fox traz o mesmo discurso que o veganismo, ou seja, é uma filosofia de respeito à vida não-humana, que reconhece o direito a uma vida digna a seres sencientes.

O veganismo ressalta a necessidade de uma alimentação saudável que respeite os animais. Enfatiza a importância de preservar o solo e o uso correto da terra, para que futuras gerações não a encontrem com erosão, queimada, sem os minerais necessários para uma vida saudável. Os veganos confiam em métodos naturais (alimentação pura, ar fresco, sol, exercício etc.) ao invés de vacinas e medicamentos para manter corpo e mente saudáveis.

O uso de agrotóxicos e adubos químicos vai contra o princípio do veganismo e a agricultura vegana provou que eles são desnecessários quando o equilíbrio correto do solo for estabelecido. Frutas e verduras cultivadas com métodos veganos podem ser tão grandes e bonitas quanto aquelas cultivadas sob qualquer outro método ("vegano" não é o mesmo que "orgânico", que utiliza sangue, osso, casco moído, chifre moído e outros subprodutos animais). A contaminação da água com esgoto, resíduos industriais ou adição de flúor também contraria os princípios veganos.

Devido à fé em *Ahimsa* (que em sânscrito significa: não matar, não machucar, energia inofensiva), os veganos tendem ao pacifismo e opõem-se a todos os tipos de atividade agressiva. Entretanto, o veganismo não tem ligação com nenhum partido nacional ou internacional, nem com nenhuma religião. Os veganos podem ser profundamente religiosos, talvez cristãos devotos ou discípulos de uma das várias outras religiões. Porém, isso não é requisito do veganismo, que é um estilo de vida preocupado em viver sem machucar o outro, humano ou não-humano.

Há vários caminhos para o veganismo e muitas teorias a seu respeito, mas, em síntese, ele é um modo de viver que evita a exploração, seja ela: humana, animal ou do solo do qual dependemos para nossa existência. Algumas pessoas são inicialmente atraídas ao veganismo porque desejam melhorar ou recuperar sua

¹⁶ Tradução livre. Gary L. Francione. Prefácio do livro *Deep vegetarianism*. Fox, 1993.

saúde; outras estão mais interessadas no aspecto econômico, que é de grande importância para todos. Veganos avaliam o fato de que muito mais alimentos vegetais do que os alimentos animais podem ser produzidos em uma área igual e no mesmo espaço de tempo. Segundo essa avaliação, o veganismo poderia acabar com a criação animal com toda a sua crueldade e muitas terras férteis seriam liberadas para ampla produção de alimentos destinados diretamente ao consumo humano. Essa questão é amplamente discutida no documentário holandês “*Meat the truth*”¹⁷ que aborda a questão do impacto ambiental da criação de animais para alimento.

Segundo análise de informações em sites especializados¹⁸, o maior número de pessoas que aderiram ao universo vegano foi por compaixão, ou seja, por um modo de viver sem machucar outros seres vivos. A maioria dessas pessoas foi criada comendo carne, ovos, leite e peixe, porém perceberam que talvez essa não fosse a melhor maneira de viver. Mais tarde, algum fato desencadeou a decisão de mudar. Ou seja, o maior número de pessoas que aderem ao veganismo é composto por aquelas que se sensibilizam ao saberem que sua alimentação até então era dependente do sofrimento de animais que são criados e mortos para satisfazer uma necessidade que agora sabem não ser essencial. O despertar pode vir no contato com o bezerro no sítio do amigo, ou ao saber que em muitos países asiáticos os cachorros são considerados uma iguaria e percebem que seu animal de estimação poderia ser o jantar de alguém, ou na descoberta tardia de que seu pintinho de estimação na infância, aquele que crescerá demais para continuar morando em casa e que sua mãe disse ter mandado para a chácara do tio, houvera, em realidade, tido seu fim naquele almoço de domingo (do qual você também participou). Uma visita ao matadouro também costuma ser uma experiência que desperta para o veganismo.

A questão é que para cada pessoa que se torna vegana existe um fato desencadeador. Atualmente existem documentários, sites, eventos, campanhas através de diversas mídias que procuram informar as pessoas sobre os benefícios do veganismo para os humanos e para o meio ambiente.

¹⁷ Disponível em: <http://vista-se.com.br/redesocial/meet-the-truth-uma-verdade-mais-que-inconveniente/> Acesso em: 20/06/2010.

¹⁸ <http://www.vegetarianismo.com.br>, <http://www.vegsoc.org>, <http://www.ivu.org>, <http://www.anda.jor.br>, <http://vista-se.com.br> Acesso em: 20/06/2010.

Os veganos costumam ser questionados quanto a “ir tão longe” e porque o lacto-vegetarianismo, por enquanto, não é suficiente. Quanto a essa questão, os veganos argumentam que infelizmente poucos vegetarianos realmente se dão conta do nível atual de crueldade, não por falta de informação, mas por falta de interesse e compreensão. Diferente dos veganos, muitos vegetarianos estão principalmente preocupados com a saúde e aceitam o abate de animais na produção de carne, couro, queijo, etc. Na opinião dos veganos, não importa para o animal se será abatido para fornecer comida, medicamentos, roupa, esporte, objetos de luxo como ornamentos de marfim, bolsas de pele de jacaré ou um perfume exótico.

Entre as críticas dos veganos em relação aos vegetarianos está o fato de que ao iniciar uma alimentação lacto-vegetariana, as pessoas costumam aumentar seu consumo de laticínios e ovos; isso significa que qualquer alívio do sofrimento para os animais existe mais na esperança do que no fato. Vegetarianos também podem não se dar conta de que o coalho utilizado para fermentar o queijo é obtido do estômago de um bezerro recém-abatido. Esses queijos, obviamente, não são lacto-vegetarianos e os veganos acreditam que essas contradições deveriam ser bem mais divulgadas.

Os produtos como biscoitos, bolos, massas prontas, pastéis, pudins, sopas, enlatados, etc., geralmente contêm: manteiga, leite, mel, queijo, gorduras animais ou ovos. Além disso, do ponto de vista nutricional, são inferiores aos alimentos frescos, porque foram super-cozidos, ou processados de alguma forma, ou porque provavelmente contêm alguns dos 800 aditivos usados na alimentação, como corantes, adoçantes, estabilizantes, conservantes, aromatizantes, etc¹⁹.

Mas o veganismo, como foi visto, não está somente preocupado com a alimentação. Os veganos deploram o abatimento ou a exploração de qualquer animal, qualquer que seja o motivo: alimentos, roupas, ornamentos, cosméticos, produtos domésticos, esporte, entretenimentos, medicamentos. Eles apresentam uma lista com muitos itens que demonstra o quanto os humanos estão acostumados a usar substâncias animais e a explorar todos os animais dos quais o homem pode extrair produtos para gerar lucro, sem considerar que são seres vivos sencientes e que, sob a visão dos veganos e também de outras propostas, como da

¹⁹ Revista Vegetarianos nº10.

ética ambiental biocêntrica, são seres com direito de viverem suas vidas sem estarem sob o domínio dos seres humanos.

Além dos efeitos positivos imediatos para as pessoas, os veganos consideram esse estilo de vida um dever para com as futuras gerações. Contudo, vai levar muito tempo, no atual ritmo de progresso, para desfazer o resultado de erros passados, se é que isso é possível. Entretanto, diz Batt:

Quaisquer que sejam nossas ações, serão nossos herdeiros, mais do que nós, que colherão os resultados, bons ou ruins, daquilo que fazemos hoje, amanhã e depois, até deixar para eles o quê? Um deserto, a destruição ou um jardim abundante? A decisão é sua e é minha”²⁰.

Segundo Guimarães²¹, há muitos motivos para se adotar um estilo de vida vegano e também são muitas as formas como o veganismo é expresso, portanto, pode ser definido da seguinte maneira: um estilo de vida que evita toda forma de exploração e violência, sejam essas contra animais, humanos ou o planeta. Assim, poucas pessoas iniciam no veganismo por uma questão meramente de saúde, apesar desse ser um aspecto importante desse estilo de vida e um dos melhores argumentos em seu favor.

O aspecto ambiental atrai a atenção de muitas pessoas que entram em contato com o veganismo pela primeira vez, recebendo a aprovação mesmo daqueles que se recusam a adotá-lo. O fato de mais alimentos vegetais poderem ser produzidos no mesmo espaço e com a utilização de menos recursos quando comparados com a produção de alimentos de origem animal é, dos argumentos em favor do veganismo, certamente o mais lógico e irrefutável²².

Guimarães²³ defende que a descoberta da realidade sempre traz consciência e a consciência traz moralidade. Cita como exemplo, a confusão de valores pela qual passa uma criança que tem que aprender que o boi, o porco, a galinha, tão dóceis e amáveis, são os heróis de seus filmes favoritos e, ao mesmo tempo, são também o seu jantar. "Como assim? Amigo e jantar ao mesmo tempo?" A criança pode não buscar descobrir, em um primeiro momento, como o seu herói ou amigo foi parar no prato de jantar. Talvez ela busque em sua fantasia

²⁰ <http://www.taps.org.br/Paginas/vegetartigo07.html>. Eva Batt. Acesso em:13/05/2010

²¹ <http://www.guiavegano.com/nutricao/george/george.html> George Guimarães é médico nutricionista. Acesso em:13/05/2010

²² <http://www.svb.org.br/vegetarianismo/> Acesso em: 20/05/2010

²³ <http://www.guiavegano.com/nutricao/george/george.html> George Guimarães é médico nutricionista. Acesso em:13/05/2010

uma forma "amigável" de se tornar jantar. Talvez eles sejam tão amigos e amáveis que eles voluntariamente sacrificam-se para alimentar seu amigo humano. Um verdadeiro ato de heroísmo. Mas eles logo buscam a verdade, quanto mais perto da realidade, mais perto da consciência. A criança pode lidar com uma explicação fantasiosa de como uma parte de um boi foi parar em seu prato, mas a realidade nua e crua de um matadouro não deixa espaço para fantasias. É consciência instantânea: comer um animal após ter visto um matadouro está imediatamente fora de questão. É natural perceber que algo está errado. Guimarães sugere que se faça um experimento simples: coloque uma maçã e um coelho no quarto da criança e deixe-a a sós com eles. Entre após alguns minutos e veja quem vai ser comido e quem vai ganhar um nome e um penteado novo. Situações como estas que confundem um personagem de história infantil com um alimento congelado, heroísmo com sofrimento, docilidade com violência, acabam por distorcer valores em formação pela criança.

Além disso, Guimarães afirma que diversos estudos já demonstraram a relação entre violência animal e violência humana. Como exemplo, pode-se citar os *serial killers* que têm, em 90% dos casos, história de maus tratos de animais na infância. O desprezo pela vida de um animal acarreta na perda pelo sagrado da vida humana. Crianças aprendem valores de compaixão e respeito através da relação que elas têm com os animais. Compaixão pelos animais, compaixão pela humanidade. Se animais podem ser mortos para satisfazer uma necessidade, então qualquer forma de vida pode também.

É claro que isto não se manifesta largamente na sociedade, pois existem regras sociais e de comportamento às quais se aprende a obedecer. Obviamente, não são todos que cresceram comendo carne que se sentem à vontade para matar pessoas ou que se envolvem em atos de violência, em grupos sectários, em atividades que exploram trabalho escravo ou infantil e em tantas outras formas de violência presentes ao nosso redor. No entanto, a mensagem para a criança que está formando estas regras sociais pelo contato com o ambiente é uma mensagem que pode ser interpretada como um menosprezo e preconceito com as demais formas de vida.

Além dos argumentos apresentados pelos veganos a favor de seu modo de vida, primando por uma postura ética em suas ações, segundo o relatório do

programa ambiental da ONU (UNEP)²⁴, uma mudança global para uma dieta sem produtos de origem animal é vital para salvar o mundo da fome e dos piores impactos da mudança climática. A previsão é de que a população mundial chegue a 9.1 bilhões de pessoas em 2050 e o apetite por carne e laticínios é insustentável.

A agricultura, particularmente produtos de carne e laticínios, é apontada no relatório da ONU como responsável pelo consumo de cerca de 70% da água doce do mundo, 38% do uso de terra e 19% das emissões de gases estufa. Diz o relatório da ONU (p.82),

Espera-se que os impactos da agricultura cresçam substancialmente devido ao crescimento da população e o crescimento do consumo de produtos animais. Ao contrário dos combustíveis fósseis, é difícil olhar para alternativas: as pessoas têm que comer. Uma redução substancial de impactos somente seria possível com uma mudança de dieta, eliminando produtos animais.

O painel de especialistas categorizou produtos, recursos e atividades econômicas e de transporte de acordo com seus impactos ambientais. A agricultura se equiparou com o consumo de combustível fóssil porque ambos crescem rapidamente com mais crescimento econômico. Segundo o professor Edgar Hertwich, o principal autor do relatório, os produtos animais causam mais dano que produzir minerais de construção como areia e cimento, plásticos e metais. Biomassa e plantações para animais causam tanto dano quanto queimar combustível fóssil.

3.5

Considerações sobre sustentabilidade ambiental, ética ambiental biocêntrica e veganismo

O conceito de sustentabilidade ambiental foi criado nos anos 70, século XX, para sugerir que era possível/necessário conseguir o crescimento econômico e a industrialização sem destruir o meio ambiente. O modelo proposto para o desenvolvimento sustentável foi uma tentativa de harmonizar o desenvolvimento humano com os limites da natureza. Esse conceito foi evoluindo no decorrer das décadas e tem sido considerado como o “desenvolvimento que atende às

²⁴ Relatório da ONU 2010. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/environment/2010/jun/02/un-report-meat-free-diet>> Acesso 12/06/2010

necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”. Contudo, essa é uma visão antropocêntrica, pois visa apenas atender as necessidades humanas; se algo é preservado na natureza é para benefício de humanos e não como algo que tenha um bem próprio, independente de um valor instrumental. E, se a proposta foi para uma industrialização sem destruir o meio ambiente, isso não passou de uma utopia. Pois desde que foi proposta, há aproximadamente 40 anos, o que se pode observar foi uma industrialização que pouco se preocupou em não destruir o meio ambiente. Apenas se adequou a algumas exigências de normas ambientais estabelecidas ou incorporou o discurso da sustentabilidade ambiental como estratégia de marketing “verde”. As discussões sobre essa questão são imperativas no século XXI, pois o modelo atual de desenvolvimento contribui cada vez mais para a degradação sistemática do ambiente natural e por consequência afetará a sobrevivência humana.

No campo do design, Bonsiepe (2011) afirma que a distância entre o que é socialmente desejável, tecnicamente factível, ambientalmente recomendável, economicamente viável e culturalmente defensível é a contradição mais forte à qual a atividade projetual está exposta.

Na busca pela sustentabilidade é preciso a convergência de todas as forças da sociedade, veiculadas por meio das ciências e técnicas, da educação e da comunicação e, inevitavelmente, da ética privada e da ética pública fundada nos princípios da justiça e da compaixão. Acima de tudo tem a ver com uma mudança cultural de valores éticos e estéticos. Ou seja, uma mudança de percepção (sentidos), uma nova visão de mundo (razão).

Na tentativa de levantar novas propostas de visão de mundo que possam colaborar com a busca pela sustentabilidade ambiental, identificou-se a proposta dos fundamentos para uma ética ambiental biocêntrica, que propõe um sistema de crenças para que humanos respeitem o “bem próprio” das coisas vivas em sua singularidade. É uma tentativa de estabelecer as bases racionais de um sistema de princípios morais, que guie o tratamento humano para com o ecossistema natural e para com as comunidades selvagens.

O argumento central da ética ambiental biocêntrica defende que independentemente dos deveres que os humanos possuem para com os outros seres humanos, humanos são moralmente requeridos a se preocupar com certas

ações que possam beneficiar ou prejudicar os seres selvagens no mundo natural. Assim, o mundo natural não deve ser considerado como um simples objeto para ser explorado pelos humanos, nem as criaturas utilizadas como recursos de nosso uso e consumo. Ao contrário, as comunidades de vida selvagens são merecedoras de preocupação moral e consideração, pois possuem um tipo de valor que pertence a elas inerentemente. Para tanto, a formulação de uma ética ambiental biocêntrica foi considerada necessária porque as plantas e os animais não são reconhecidos como tendo interesses ou valores que devam ser levados em conta por si mesmos. Portanto, para que ocorra a preservação do mundo natural é preciso que seja respeitado o bem inerente das coisas vivas, independentemente de qualquer valor instrumental que possam ter para os humanos.

A ética ambiental biocêntrica foi identificada como sendo uma proposta teórica que contribui na interlocução e reflexão sobre um desenvolvimento ambientalmente sustentável. Além da proposta teórica da ética ambiental biocêntrica, procurou-se uma contribuição prática a partir da visão de mundo proposta pelo veganismo, que na prática diária dos seus adeptos apresenta um modo de vida que prima pela ética biocêntrica, ou seja, um modo de vida de respeito a seres humanos, a não humanos e ao ambiente natural.

Observou-se uma estreita proximidade entre a proposta da ética ambiental biocêntrica e o modo de vida dos veganos. Ambos propõem uma visão de mundo baseada em princípios que estendem os valores éticos aos animais não-humanos e ao ambiente natural. Ou seja, reconhecem a equidade entre os interesses dos seres humanos e não-humanos em se manterem vivos. Não consideram os interesses dos seres humanos superiores aos interesses de seres não-humanos. Nas propostas para a sustentabilidade ambiental essa equidade de interesses, entre seres humanos e não-humanos, não é abordada.

Nos textos estudados sobre ética ambiental biocêntrica não há referência direta aos veganos, assim como não se encontrou nos estudos sobre o veganismo menção à ética ambiental biocêntrica. Ou seja, ambos propõem uma visão de mundo que converge, embora ainda não tenha se observado um diálogo entre eles. Assim como não se encontrou uma interlocução com a questão da sustentabilidade ambiental. Contudo, as propostas da ética ambiental biocêntrica e do veganismo trazem abordagens importantes para a preservação ambiental, de

certo modo, mais profunda, mas uma aplicação prática dessas propostas implica em mudanças culturais igualmente profundas.

O contexto vivenciado pelas pessoas influi em suas escolhas. O contexto atual de crise é um momento propício para mudanças porque se buscam novas perspectivas, possibilidades, cenários e objetos que viabilizem a construção de outros estilos de vida que simbolizem, que materializem uma outra visão de mundo.